

# A formação docente superior

## *Hegemonia do capital no Brasil*

ALLAN KENJI SEKI\*  
ARTUR SOUZA\*\*  
OLINDA EVANGELISTA\*\*\*

**RESUMO:** A formação de professores para a educação básica em nível superior passou por profundas mudanças, estreitamente articuladas à financeirização hodierna. A partir dos microdados do Inep (2003, 2007, 2011, 2015), discutimos a hipótese da privatização da formação docente tendo por base a hipotrofia das matrículas em licenciaturas nas IES públicas e sua forte concentração nos cursos à distância das grandes escolas particulares. Nesse percurso histórico, vimos as evidências de uma íntima e essencial articulação entre o Estado e o capital para dispor a formação humana nas gôndolas do mercado.

*Palavras-chave:* Formação de professores. Financeirização do capital. Privatização na educação.

### Higher teacher training

#### *The hegemony of capital in Brazil*

**ABSTRACT:** The formation of teachers for basic education at the higher level has undergone profound changes, closely linked to current financing. Using Inep's micro data (2003, 2007, 2011, 2015), we discuss the hypothesis of the privatization of teacher training based

---

\* É graduado em Psicologia e mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Política Educacional. Florianópolis, SC- Brasil. *E-mail:* <allanknj@gmail.com>.

\*\* É licenciado em Educação Física e Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atuou como professor temporário de Educação Física e Agente Técnico Pedagógico na Rede Municipal de Educação de Balneário Rincão. Florianópolis, SC- Brasil. *E-mail:* <artur.souza@hotmail.com>.

\*\*\* É mestre e doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professora efetiva da Universidade do Oeste de Santa Catarina, e professora aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC- Brasil. *E-mail:* <olindaevangelista35@hotmail.com>.

on the large increases in enrollment in public higher educational institutes (HEI) post graduate courses and its strong concentration on distance courses for large private schools. In this historical trajectory, we have seen evidence of an intimate and essential articulation between the State and Capital to cast away human formation to the ebb and flow of the market.

*Keywords:* Teacher training. Financing of capital. Privatization in education.

### **La formación docente superior**

#### *Hegemonía del capital en Brasil*

**RESUMEN:** La formación en nivel superior de los profesores para la educación básica pasó por profundos cambios, estrechamente articulados con los objetivos financieros actuales. A partir de los microdatos del INEP (2003, 2007, 2011, 2015), discutimos la hipótesis de la privatización de la formación docente, tomando como base la hipertrofia de las inscripciones en licenciaturas en las IES (instituciones de enseñanza superior) públicas y su gran concentración en los cursos a distancia de las grandes escuelas privadas. En dicho recorrido histórico, vimos las evidencias de una íntima y esencial articulación entre el Estado y el capital para disponer la formación humana en los expositores del mercado.

*Palabras clave:* Formación de profesores. Financierización del capital. Privatización en la educación.

### **La formation supérieure des enseignants:**

#### *Hégémonie du capital au Brésil*

**Résumé:** La formation supérieure des professeurs de l'éducation basique est passée par de profonds changements, étroitement liés à la financiarisation actuelle. En se basant sur les micro-données de l'Inep ( Institut National d'études et de recherches sur l'éducation) (2003, 2007, 2011, 2015), nous discutons l'hypothèse de la privatisation de la formation des professeurs, étant donnée l'hypotrophie des inscriptions dans les Institutions d'Enseignement Supérieur et la

forte concentration dans les cours à distance des grandes écoles particulières. Dans ce parcours historique, nous avons vu les preuves d'une articulation intime et essentielle entre l'Etat et le Capital pour abandonner la formation humaine aux aléas du marché.

*Mots-clés:* Formation des professeurs. Financiarisation du capital. Privatisation de l'éducation.

## Introdução

*A partir de R\$189,00 mensais. Acessível para você! Maiores notas no Enade. Inscrições Abertas! Melhor Instituição em EaD.*

**A** epígrafe reproduz o anúncio de um curso de Pedagogia na modalidade de ensino a distância (EaD) em uma das maiores instituições privadas de ensino superior do País. O que está à venda é a formação de professores! Vende-se a chave de uma porta a se abrir para um futuro suportável no universo do desemprego estrutural perpetrado pelas relações capitalistas de produção: financiamento barato, avaliação asseguradora da qualidade de ensino e EaD como acesso a credenciais para o emprego. Se perguntamos sobre o sentido dessa prestidigitação, vemos que respostas pertinentes só podem ser encontradas no processo histórico brasileiro pós-1990 que produziu uma política degradante de formação docente em nível superior para a Escola Básica brasileira, aprofundada a partir dos anos de 2000 e impactada, em meados da década, pela financeirização<sup>1</sup>. A hegemonia capitalista nas diretrizes educacionais, determinação última da subordinação do preparo do professor aos interesses privados, se espalha de modo assustador, pretendendo erigir “habilidades e competências” em essência dos trabalhadores brasileiros, tendo em vista afastar uma eventual consciência de sua posição de classe. A invasão da escola pública por “sistemas educacionais” e kits pedagógicos; a atuação de aparelhos privados de hegemonia burguesa no aparelho de Estado; o financiamento via organizações multilaterais de reformas nos entes federados; o deslocamento de fundos públicos para empresas privadas educacionais; a compra de tecnologias para as escolas; a produção de material didático<sup>2</sup> e de divulgação correspondem ao “lado de cá” do slogan “qualidade do ensino”, cujo “lado de lá” há que ser inquirido. Para interrogar o “lado de lá” e aceder às determinações educacionais pós-1990, recuperamos a terceira das *Teses sobre Feuerbach*, na qual Marx, em 1845, lança uma provocação:

A teoria materialista de que os homens são produto das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produto de circunstâncias diferentes e de educação modificada esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o **próprio educador precisa ser educado**. Leva, pois, forçosamente, à divisão da sociedade em duas partes, uma das quais se sobrepõe à sociedade (como, por exemplo, em Robert Owen). A coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como prática transformadora. (MARX, 1845, p. 5).

Duas cruciais questões, pelo menos, são suscitadas pelo excerto: quem educa o educador? Em que circunstâncias o educador é educado? Nosso propósito foi o de enfrentar a provocação de Marx, respondendo-a por uma de suas vias. O desiderato a ser alcançado, nesse texto, alude a dois aspectos: em que instituições de educação superior (IES) são formados os professores e que interesses econômicos e políticos as sustentam. Seguramente, estamos abordando tais aspectos no domínio da sociedade de classes e dos litígios hegemônicas – educativas, portanto – para tornar universais os interesses particulares da burguesia (MÉSZÁROS, 2005).

As disputas fendidas no Brasil pós-1990, período caracterizado comumente como neoliberal, significaram a emergência de uma etapa histórica na qual as determinações do campo da produção material, embaladas pelas crises capitalistas, implicaram profundos ajustamentos no campo da política, nos meios de produção da vida cotidiana e das vontades coletivas. A razão histórica que aí floresceu organiza o pensamento e a vida social; o Estado – suas instituições, organizações, empresas estatais etc. – aparece, então, como uma mediação importante nos debates sobre o destino dos sujeitos sociais. Consideramos sensível o alerta de Dardot e Laval (2016, p. 17) ao assinalarem que

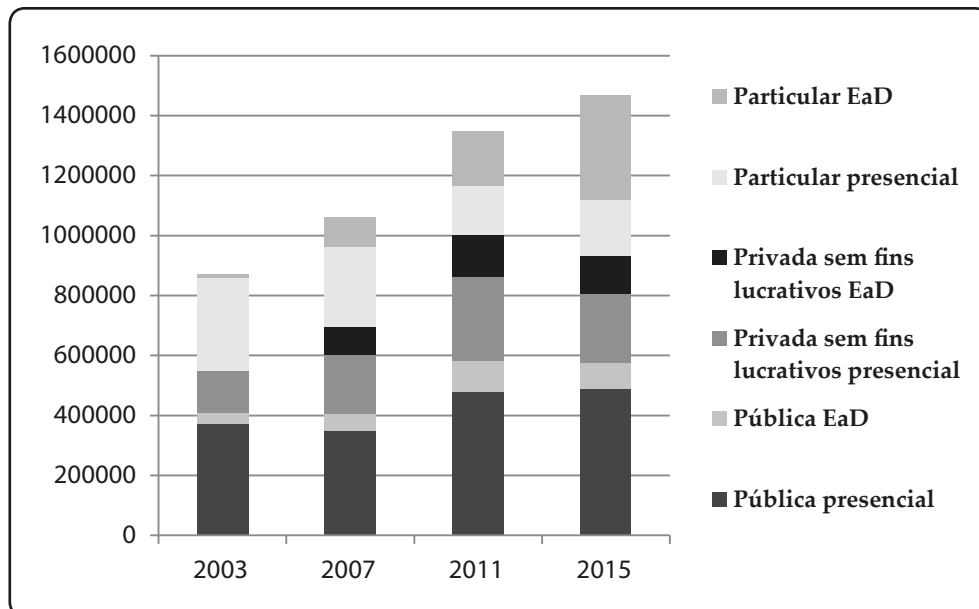
[...] o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. O termo racionalidade não é empregado aqui como um eufemismo que nos permite evitar a palavra “capitalismo”. O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo [...].

Nesta conjuntura, respeitadas as particularidades históricas resultantes do desenvolvimento desigual e combinado que condiciona diferentes mediações aos países centrais e aos dependentes, caso do Brasil, inflexões importantes geraram um campo novo para a exploração mercantil em escolas superiores de preparo do magistério. Mais agudamente articuladas nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), continuou e se aprofundou nos governos de Lula (2003-2011) e Dilma Rousseff (2012-2016), do Partido dos Trabalhadores (PT), embaladas pela legenda da democratização do acesso ao ensino superior.

Lastreou nossa análise um vasto aglomerado de informações coligidas nos microdados do Censo da Educação Superior (2003-2015). Percebemos, com sua ordenação, um complexo movimento que se exprime, pelo menos, em cinco formas organicamente ligadas<sup>3</sup>. A primeira mostra que a oferta privada<sup>4</sup> de matrículas em licenciaturas cresceu proporcionalmente entre 2003 e 2015 – atingindo 61,7% em 2015 – em relação à esfera pública, 39,3%. Na segunda vemos que, no interior das IES privadas, houve um movimento inversamente proporcional, com decréscimo nas matrículas presenciais e acréscimo na modalidade EaD. A terceira diz respeito ao contingente de alunos no interior das IES privadas majoritariamente presente nas IES com fins lucrativos. A quarta forma evidencia que as matrículas nas IES públicas, presenciais e em EaD cresceram (109.038 novas matrículas presenciais e 48.229 em EaD) em números absolutos, mas diminuíram em números percentuais. Em quinto lugar, deparamo-nos com um novo molde de oferta de cursos de licenciatura no âmbito das IES particulares, qual seja, aquele em que o estudante importa muito menos que o valor das instituições educacionais e a potência de compra e venda das matrículas em si mesmas, descarnadas dos sujeitos que lhes dão suporte. Os estudantes e as IES figuram como cartas no baralho dos fundos de investimentos e nas ofertas públicas de ações nas bolsas de valores, onde impera a valorização sob a forma fictícia desses capitais.

Tais movimentos, expostos no Gráfico 1, evidenciam o dobre de um processo histórico que conduziu as licenciaturas a se concentrarem nas IES particulares, na modalidade EaD, simultaneamente estrangulada sua oferta nas IES públicas, em qualquer das modalidades.

**Gráfico 1: Número de matrículas em cursos de licenciatura presenciais e EaD por categoria administrativa – 2003, 2007, 2011, 2015 – Brasil**



Fonte: Elaboração dos autores com base nos microdados do Censo da Educação Superior do Inep (2003, 2007, 2011, 2015).

O Gráfico 1 mostra, pois, a ascendência das IES particulares na oferta de formação docente, bem como a proeminência da modalidade EaD. Entretanto, não está imediatamente visível que em parte delas se processa a “financeirização”, a “oligopolização” e a “internacionalização” do ensino superior, segundo designações de Oliveira (2017), Napolitano (2017) e Maués (2015) (COSTA, 2017). Leher (2013) denominou essa nova estratégia econômica de “mercantilização de *novo tipo*” tendo em vista apreender, predominantemente, o papel desempenhado pelos capitais portador de juros e fictício nesta seara. Compreende que essa

particularidade, somente tornou-se diferenciada no Brasil a partir de 2005, mais precisamente em 2008 quando os primeiros casos de controle das organizações que atuam na educação privada pelos fundos de investimento (*private equity*<sup>5</sup>) se tornaram realidade, contexto em que alguns grandes grupos que comercializam a educação superior abriram seu capital, efetuando registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para negociar valores mobiliários em bolsa de valores e em instituições financeiras. (LEHER, 2013, p. 1)

Como indicado, esse processo não imediatamente perceptível provoca profundas alterações na oferta de preparo inicial do magistério brasileiro em nível superior. O campo das reflexões está em construção e muitas são as interrogações lançadas às análises correntes. Por ora, não nos interessa passar em revista as posições em disputa em

razão do fato de não termos reunido, ainda, todos os elementos teóricos que nos permitam construir hipóteses explicativas mais consistentes. Desse modo, procuramos oferecer as evidências possíveis desse fenômeno – “financeirização da formação docente” – e propor algumas pistas analíticas para serem pensadas em conjunto com os interessados no tema, sem perder de vista nossa pergunta central: quem educa o educador e em que condições?

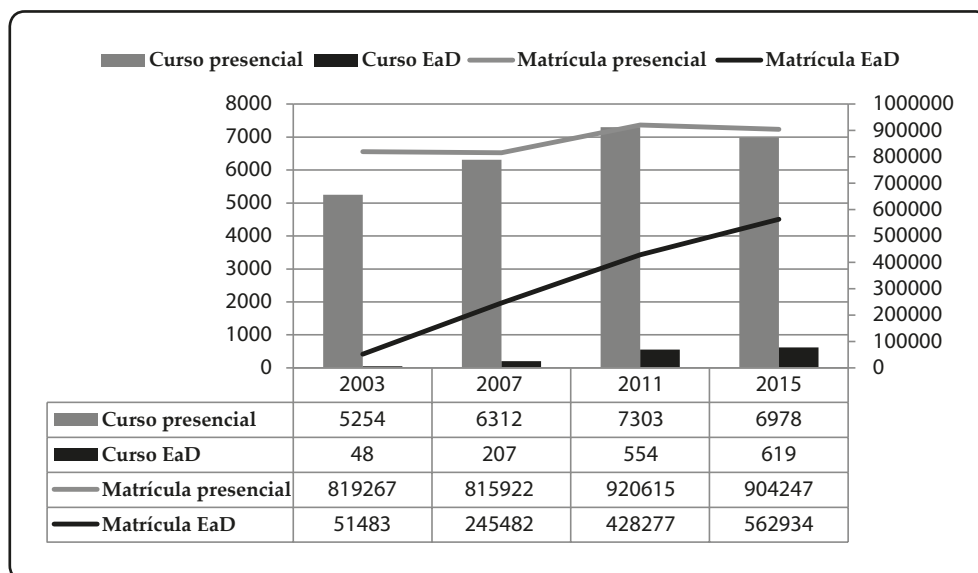
### **Licenciaturas privadas: um mercado em expansão**

O labirinto que percorremos para apreender a passagem das licenciaturas da esfera pública para a privada e sua simultânea adesão à modalidade EaD iniciou com o levantamento do número de cursos (7.597) de licenciatura oferecidos, em qualquer IES, e o total de matrículas (1.467.181). Tais informações não expõem o elemento de concentração de matrículas na esfera privada. Um exemplo é a centralização de polos de EaD em um único curso (BRASIL, 2016), caso da Licenciatura em Pedagogia da Universidade Norte do Paraná (Unopar)<sup>6</sup> – comprada pelo Grupo Kroton no final de 2011 – que concentrava 71.980 matrículas em 2015. Também não se esclarece que nessa esfera se oferece, em EaD, principalmente os cursos de Pedagogia e Educação Física.

Em 2015, das 1.467.181 matrículas em licenciaturas, 652.199 (44,4%) estavam em 1.612 (21,2%) cursos de Pedagogia. Apenas neles, as IES particulares acumularam 337.669 (52%) das matrículas, sendo 230.204 (35,3%) em 36 (2,2%) cursos EaD. Somando todas as privadas, chegamos a 524.546 (80,4%) das matrículas em 66,6% (1.073) dos cursos de Pedagogia. Quase a mesma proporção pode ser encontrada nas licenciaturas em Educação Física, com 133.047 (79,4%) das matrículas em 466 (69,4%) cursos privados, sendo 39.488 (23,6%) em três (0,4%) cursos particulares Ead e 76.148 (45,4%) em 189 (28,2%) cursos particulares Ead ou presencial. Diferentemente, as licenciaturas em Física acumularam 22.189 (91%) matrículas em 240 (86,6%) cursos presenciais e EaD públicos, 20.189 (83%) matrículas em IES públicas presencial e 189 (0,8%) em particulares Ead.

O incremento de 10% (84.980) nas matrículas em licenciaturas em cursos presenciais e de 993% (511.451) em EaD de 2003 para 2015 (Gráfico 2) configuram parte do movimento em tela. Em 2015, por exemplo, 562.934 (38,4%) das matrículas em licenciaturas concentravam-se em 619 (8,1%) cursos, ofertados na modalidade EaD. Agregue-se que 72% (429.863) desse aumento ocorreu em IES privadas.

**Gráfico 2: Número geral de cursos e matrículas em licenciaturas presenciais e EaD – 2003, 2007, 2011, 2015 – Brasil**



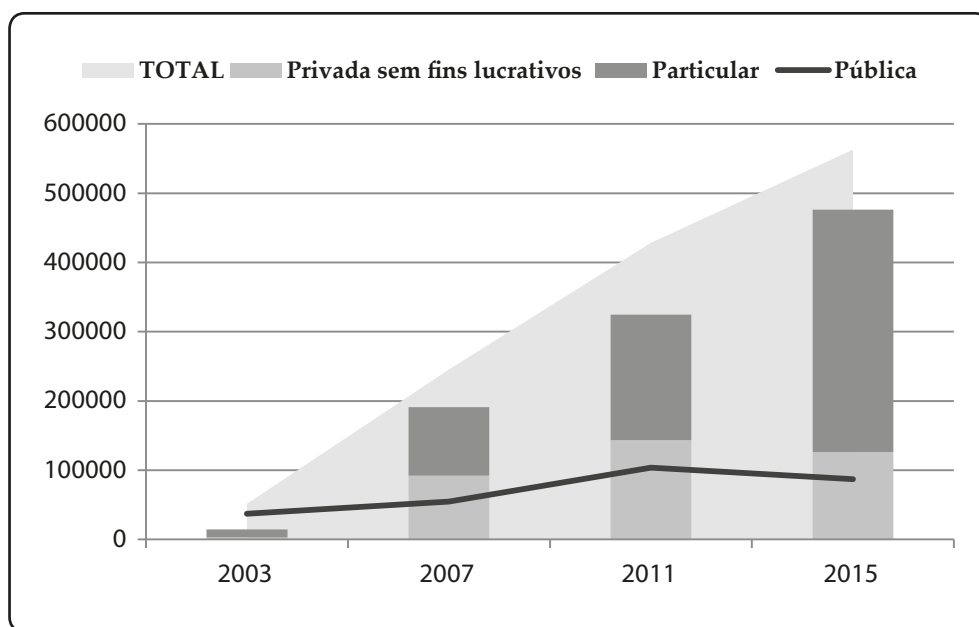
Fonte: Elaboração dos autores com base nos microdados do Censo da Educação Superior do Inep (2003, 2007, 2011, 2015).

Esclareceu-se, portanto, que o maior percentual ocorreu na modalidade EaD, cujo crescimento foi de 3.184% (461.634) nas matrículas e 2.079% (291) nos cursos nas instituições privadas; em outras palavras, estas congregaram 90% do crescimento das matrículas e 51% dos cursos. Nas IES particulares, privadas com fins lucrativos, o movimento foi inversamente proporcional, com crescimento de 2.855% (338.187) nas matrículas e 1.273% (140) nos cursos em EaD e redução de 39,7% (121.851) nas matrículas e de 15% (211) nos cursos presenciais. Os dados expõem o crescimento no número de matrículas na modalidade EaD, em instituições privadas, mais acentuado nas IES particulares, tendência crescente em todo o período, havendo um salto substancial entre os intervalos determinados. A formação presencial, com pequeno acréscimo no setor público no ano de 2011, não sofreu alteração em 2015.

No mesmo período iniciou a mudança qualitativa nas IES particulares com a retração de 102.960 matrículas presenciais e incremento de 82.341 em EaD. As privadas sem fins lucrativos que vinham em linha ascendente até 2011, chegando a 31,2% das matrículas em licenciatura, perderam força em 2015 e recuaram para 24,2% do montante, como se vê no Gráfico 3. Verificou-se um deslocamento importante em 2011: a substituição de matrículas presenciais pela modalidade EaD compôs organicamente a oligopolização de IES, explodindo em 2015. A aquisição pela Kroton da Unopar<sup>7</sup>, em 2011, é um excelente exemplo.



**Gráfico 3: Número de matrículas em cursos de licenciatura à distância por categoria administrativa – 2003, 2007, 2011, 2015 – Brasil**



Fonte: Elaboração dos autores com base nos microdados do censo da educação superior do Inep (2003, 2007, 2011, 2015).

Como se observa no Gráfico 3, nas IES particulares a modalidade EaD não parou de crescer: de 180.808 matrículas, em 2011, foram para 350.032, em 2015. Ao mesmo tempo, acompanhamos a retração das matrículas em IES privadas sem fins lucrativos e públicas de 2011 para 2015, algo que não parece acidental. Isso rebateu no número maior de concluintes de cursos de licenciatura em 2016, na modalidade EaD nas IES privadas (79.296), do que nos cursos presenciais (67.941) e EaD (10.577) nas escolas públicas (BRASIL, 2017).

As evidências sistematizadas demonstram que, nos períodos Lula e Dilma, com seus mais de 30 programas ou projetos de formação (EVANGELISTA, 2013), ganhou maior peso o preparo do professor na esfera privada, sendo este, de fato, o projeto político de preparo do magistério daqueles governos<sup>8</sup>. De um lado, as IES privadas sem fins lucrativos cresceram na oferta de licenciatura presencial e as IES particulares cresceram imensamente na oferta da modalidade EaD – dando preferência às licenciaturas de Pedagogia e Educação Física.

### **IES particulares no mercado da formação docente**

Como vimos, a diminuição percentual das matrículas e cursos em IES públicas foi um forte elemento para que, de 2007 em diante, surgisse um novo matiz nesse campo.

Inicialmente as IES privadas dominaram a formação docente e, posteriormente, as IES particulares o fizeram, sobretudo na modalidade EaD. Essa operação no campo da educação do educador foi combinada com outra, processada no campo do trabalho, cujo registros mais emblemáticos podem ser vistos na “excepcionalidade permanente” das formas de contratação temporárias (GOMES, 2017; VENCO, 2016; SEKI *et al*, 2017). São estas duas as formas essenciais de educação no sentido atribuído por Mészáros (2005): a via de preparação das consciências, na qual a escola cumpre papel privilegiado, e a via da conformação pelo trabalho. O autor alerta que é pela sua universalização sob outro escopo cultural que poderá se processar a superação da sociedade capitalista.

A qualificação de professores transformou-se, como dito, em primoroso alvo de grandes escolas privadas de formação superior. Dados de 2016 (BRASIL, 2017) ilustram o contexto no qual aspirantes ao magistério foram certificados: 67,2% (160.401) de todos os estudantes passaram por IES privadas; 32,8% (78.518) por IES públicas. O que tais dados não mostram por si mesmos são as ameaças decorrentes da progressiva submissão do preparo do magistério às novas formas de oferta sob o comando do capital, especialmente nas escolas particulares. Processo, em nossa hipótese, compreendido como privatização da formação docente.

O quadro descrito é resultado do movimento geral de “diversificação” dos tipos de instituições formadoras. Sua primeira seqüela foi a destituição da universidade como espaço privilegiado de formação da juventude brasileira e a proposição na legislação da noção “ensino superior”. Esse movimento, a partir da segunda metade da década de 1990, foi crucial para a progressiva retirada da formação docente da esfera universitária pública, com o consentimento, às vezes ativo, às vezes passivo, de intelectuais do campo educacional. Tal deslocamento tem história; a reforma universitária de 1968, durante a ditadura civil-militar, teve papel privilegiado ao oferecer condições legais para a expansão das instituições privadas por meio da criação e manutenção de estabelecimentos isolados. Nas palavras de Paula *et al* (2017, p. 69),

Naquele contexto, o setor privado era constituído por um conjunto de instituições comunitárias e confessionais, e como não havia sustentação legal para a existência de empresas educacionais, todas essas instituições foram classificadas como sem fins lucrativos, obtendo, assim, o benefício da renúncia fiscal dos impostos sobre a renda, o patrimônio e os serviços, além da possibilidade de obtenção de recursos do orçamento da união.

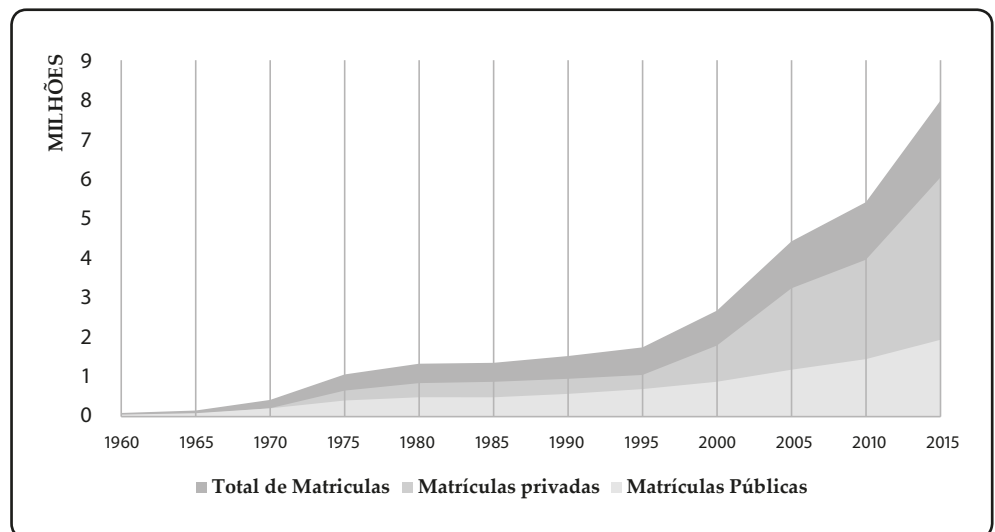
Os seus efeitos reverberaram rapidamente fazendo-se sentir pela acentuação de uma tendência histórica de crescimento das matrículas no ensino superior privado. Assim, no ano seguinte, 1969, o Censo da Educação Superior registrou o último período no qual as matrículas nas IES públicas estiveram à frente. Segundo Seki (2017, p.1),

Naquele ano havia 185 mil matrículas públicas, o que representava 53,87% do total. No ano seguinte ocorreu a virada em favor das privadas, as matrículas em

instituições de educação superior (IES) privadas passam a 50,5% do total de matrículas. A partir daí, e beneficiadas pela reforma do ensino superior de 1968, entre outros fatores, as IES privadas mantiveram taxas de crescimento muito superior às públicas, tendência que se manteve constante até os dias atuais, momento em que as privadas concentram 75,6% do total de matrículas no Brasil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 consistiu em marco importante para a diversificação das IES, além de garantir as condições para a expansão do ensino privado. Em seu art. 3º conceitua educação nacional, composta de instituições públicas e privadas; no art. 45 afirma que “será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”; do art. 70 em diante possibilita que recursos públicos sejam destinados às IES privadas (BRASIL, 1996). Não à toa, a partir de 1997 o ensino superior privado conheceu novo impulso para significativa expansão, como se depreende do Gráfico 4.

**Gráfico 4: Evolução e distribuição das matrículas no ensino superior brasileiro por natureza das instituições de ensino – 1960-2015 – em milhões**



Fonte: Seki (2017, p. 2).

Além dos marcos normativos mencionados, Ghirardi e Klafke (2017, p. 57) indicam o art. 1º do Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997 (BRASIL, 1997), posteriormente reproduzido como art. 3º do Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001 (BRASIL, 2001a), que reza:

As pessoas jurídicas de direito privado mantenedoras de instituições de ensino superior poderão assumir qualquer das formas admitidas em direito de natureza civil ou comercial, e, quando constituídas como fundação, serão regidas pelo disposto no art. 24 do Código Civil Brasileiro (BRASIL, 2001a).

Ambos os decretos foram revogados, vigorando o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006; que em seu art. 2º define que “O sistema federal de ensino superior compreende as instituições federais de educação superior, as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos federais de educação superior” (BRASIL, 2006, grifo nosso). Na sequência dessas políticas, constatamos o movimento contínuo de destituição das universidades como forma institucional privilegiada de qualificação da juventude, sua substituição pela concepção de “ensino superior”, concomitantemente à desintegração formal das diferenças entre as IES públicas e privadas, demonstrada pela tentativa de composição genérica da ideia-força de “sistema federal de ensino superior”.

### **Formação docente: um “bem mercadeável”**

Nossa hipótese é a de que, após a década de 1990 e acentuando-se nos anos 2000, o deslocamento da formação docente da esfera pública para a privada se articulou com base nos interesses da classe dominante, em particular a fração financeira, alcançando o alunado e a educação brasileira em seu conjunto. A desregulamentação do ensino superior brasileiro e sua respectiva liberalização criou amplas condições para a ampliação do setor privado. Nesse movimento, intensificou-se drasticamente a hipotrofia dos cursos de licenciatura no âmbito das IES públicas, predominantemente universitárias, em favor das IES privadas nem sempre universitárias. A Educação – ou escolarização – tornou-se um bem mercadeável (GRANEMANN, 2007) do qual derivou a alucinante comercialização da formação inicial de professores.

Rodrigues (2007) procurou explicar tal acontecimento formulando dois conceitos: o de *mercadoria-educação* e o de *educação-mercadoria*. O primeiro sugere que a educação funciona como insumo para a constituição de uma outra mercadoria, qual seja, a força de trabalho, relacionando-se à necessidade de reordenamento entre as relações técnicas da produção e a qualificação dos trabalhadores. Na medida em que as mudanças no modo de produção exigem maior tempo de preparo da força de trabalho ou, então, demandam requisitos mais complexos, seriam necessários ajustes entre os processos formativos e o chão da produção. A segunda forma, *educação-mercadoria*, entende a educação como mercadoria produzida e disponibilizada nas gôndolas do mercado, dizendo respeito à educação privada. Para o autor, “o serviço educacional, como um curso de graduação prestado por uma universidade (em geral, privada), é o caso típico da educação-mercadoria” (RODRIGUES, 2007, p. 6). A expansão das matrículas privadas articular-se-ia à emergência social de uma fração burguesa, “nova burguesia de serviços”, que se caracterizaria por ocupar

[...] uma posição particular na estrutura econômica, social e política brasileira. Pois se, por um lado, não dispõe do poder econômico dos grandes grupos industriais, representados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), por outro lado, vem sendo favorecida pela posição estratégica que ocupa na política neoliberal, posto que é herdeira direta da destruição dos serviços públicos, promovida principalmente pelas políticas neoliberais (RODRIGUES, 2007, p. 59)

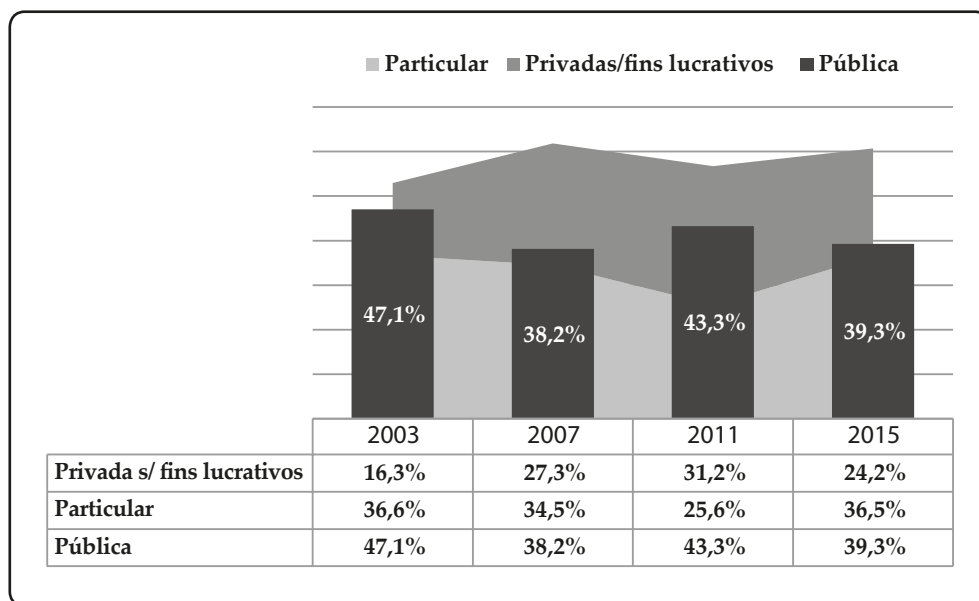
Rodrigues (2007) desenvolveu seu argumento com o fito de caracterizar posições políticas e interesses econômicos das frações capitalistas em torno das disputas que envolveram o projeto de reforma universitária do Governo Lula, abordando parcialmente a dinâmica de expansão do ensino superior privado. A “nova burguesia de serviços” esteve no epicentro da expressiva concentração de matrículas na esfera privada, raciocínio partilhado por autores importantes como De Paula (2008), Boito Jr. e Galvão (2012). Porém, Seki (2014), ao discutir o posicionamento de Rodrigues acerca da “nova burguesia de serviços”, ressaltou

[...] que o momento em que surgiria essa nova fração do capital [era] o da passagem à acumulação flexível, com predomínio da hegemonia do capital financeiro, o que [tendia] a criar desafios metodológicos ao entendimento sobre essa fração não ser outra coisa senão manifestação da fração financeira do capital, ao invés de constituir um fracionamento específico (SEKI, 2014, p. 46).

Assim, o fato objetivo da expansão e concentração de cursos e matrículas nas privadas coaduna-se à hipótese de que houve uma mudança de fundo na estrutura da educação superior brasileira que vem sendo chamada de financeirização do capital, conquanto sem consenso na literatura sobre a nomeação mais adequada. Em nossa perspectiva, não se trata da emergência de uma nova fração capitalista, mas da passagem à hegemonia do capital financeiro – isto é, do capital portador de juros e do capital fictício – nesta fase do capitalismo mundial, com rebatimentos expressivos nessa etapa. Esse processo, longe de ser engendrado por uma dinâmica própria, exigiu um conjunto de situações sociais e posicionamentos ativos das frações da classe dominante, com dominância da financeira, seja por meio de ações sob a forma do comportamento estatal, seja sob a forma de atividades discerníveis como privadas.

Os cursos de licenciatura, considerados baratos quando comparados aos que exigem laboratórios, técnicos especializados, instalações específicas, máquinas e equipamentos e outros requisitos legais<sup>9</sup>, acabaram por figurar como verdadeiras “máquinas de fazer matrículas”, especialmente para as grandes escolas particulares, ou seja, instituições de direito privado com fins lucrativos. Não restam dúvidas de que as ações do capital, “sob a forma de atividades estatais”, capitanearam esse processo e progressivamente as matrículas ficaram disponíveis para a livre exploração por grandes escolas particulares, como se percebe do gráfico 5, a seguir.

**Gráfico 5: Percentual de matrículas em cursos de licenciatura em IES públicas e privadas – 2003, 2007, 2011, 2015 – Brasil**



Fonte: Elaboração dos autores com base nos microdados do Censo da Educação Superior do Inep (2003, 2007, 2011, 2015).

A brutal concentração das matrículas em IES privadas realizou-se com o encolhimento nas públicas, de 47,1% em 2003, para 39,3%, em 2015. Mas o ensino superior privado não logrou ocupar essa posição de modo espontâneo. Foi imprescindível o estabelecimento de mediações e articulações das frações do capital no sentido de formar consensos em torno de seus projetos e interesses. Manifestação disso foi o movimento de intervenções para a liberação da atuação dos fundos de investimentos (*private equity*), responsáveis pela obscenidade das fusões que originaram os prodigiosos oligopólios educacionais, como é o caso da Kroton, Estácio de Sá, Ser Educacional e Gaec Educação SA<sup>10</sup> que, neste momento, armam-se para intensificar sua atuação na educação básica<sup>11</sup>.

Segundo os dados, das seis maiores mantenedoras de licenciaturas no Brasil, cinco são particulares e três pertencem ao grupo Kroton S.A.. Elas concentravam, em 2015, 25,1% do total de matrículas em todos os cursos de licenciaturas, dos quais 17% foram abocanhados pelo grupo Kroton<sup>12</sup> que, sob qualquer ponto de vista, é a maior escola mundial: conta com 7,8 milhões de estudantes e R\$ 17,6 bilhões em total de ativos financeiros (BM&FBOVESPA, 2017). Da Tabela 1 constam as seis maiores mantenedoras de 2011 e 2015. O salto no número de matrículas foi brutal e acompanhado da centralização no Grupo Kroton, que adquiriu três das quatro maiores mantenedoras de cursos de licenciaturas em 2011.

**Tabela 1 – Concentração de matrículas nas maiores mantenedoras de licenciaturas, 2011, 2015 – Brasil**

Mantenedora	2011		2015	
	N	%	N	%
União Norte do Paraná de Ensino Ltda.	40.779*	3,0*	-	-
Comunidade Evangélica Luterana São Paulo – CELSP	37.185	2,8		
Editora e Distribuidora Educacional SA (Grupo Kroton)	-	-	134.704	9,2
Anhanguera Educacional Ltda (Grupo Kroton)	32.458*	2,4*	67.900	4,6
Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo-Assupero	30.467	2,3	54.754	3,7
Sociedade Educacional Leonardo da Vinci s/s Ltda (Grupo Kroton)	36.279*	2,8*	46.966	3,2
Cenect – Centro Integrado de Educação, Ciência e Tecnologia Ltda (Grupo UNINTER)	19.864	1,5	40.023	2,7
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda	16.177	1,2	24.527	1,7
Total	197.032	15,8	368.874	25,1

Fonte: Elaboração dos autores com base nos microdados do Censo da Educação Superior do Inep (2011, 2015).

\*O Grupo Kroton adquiriu essas mantenedoras após o Censo de 2011.

Os direcionamentos rumo à liberalização e à desregulamentação que contribuíram para a criação do mercado da educação em patamar inédito permitiram que tais capitais tivessem acesso a parcelas do orçamento público federal, intensificando-se a atrofiação das matrículas nas IES públicas. Entre outras medidas, na década 1990 houve o congelamento geral do orçamento para a educação pública, marca indelével que levou as universidades públicas, principalmente as federais, a uma crise generalizada. Na virada do século, foi criada a política que hoje tem o papel mais importante para a expansão das matrículas nas IES privadas, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) (BRASIL, 2001b)<sup>13</sup>. Em meados da primeira década do século XXI criou-se o Programa Universidade Para Todos (Prouni) (BRASIL, 2005) e uma miríade de políticas que concederam crédito, facilitaram aquisições, viabilizaram isenções tributárias e promoveram a estitização de dívidas de empresas educacionais.

Para além da gigantesca concentração de matrículas, em 2015, no setor particular – 41,5% (3.327.786) –, quando a somamos com as IES privadas sem fins lucrativos chegamos ao estratosférico percentual de 75,7% (6.075.152) hipotéticos estudantes na esfera privada. Os capitais que investem nas primeiras vêm sendo bem-sucedidos em conformar a substância e os conteúdos dos processos educativos. O rebatimento sobre a formação de professores, em estreita vinculação com a das futuras gerações de brasileiros, é



inescapável. Em primeiro lugar sobressaem os questionamentos sobre o que se oferece sob a forma de mercadoria, tendo em vista que a apropriação de IES particulares pelos monopólios tem sido sinônimo da demissão em massa de professores doutores e contratação de especialistas e graduados; da substituição de textos e livros por apostilas e materiais resumidos; da redução massiva de carga horária, especialmente nas disciplinas consideradas propedêuticas, em favor da qualificação em serviço, aligeirada e sob a primazia do “praticismo”; da substituição do ensino presencial e realizado por professores por cursos (parcial ou integralmente) à distância e oferecidos por tutores<sup>14</sup> e facilitadores, entre outras gravíssimas mazelas.

Outra crueldade subjaz à sanha privatizante e precisa ser melhor caracterizada em suas repercussões objetivas e subjetivas nas formas de vivência da docência e, igualmente, em suas incidências sobre a conformação das consciências de jovens professores: trata-se do endividamento massivo da juventude brasileira<sup>15</sup>, seja mediante programas como FIES, seja de financiamentos privados. Nos dois casos, são dívidas contraídas individualmente.

O Fies, criado por Medida Provisória, em 1999, foi institucionalizado pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 (BRASIL, 2001), durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, e ampliado durante as gestões do Partido dos Trabalhadores (2003-2016). O Fies é um fundo de natureza contábil destinado à concessão de financiamentos aos estudantes matriculados em cursos pagos de ensino superior. Os contratos começam a ser pagos pelos estudantes após estarem formados, o que contribui para o endividamento precoce de ampla parcela da juventude nutrida da expectativa de empregos que exigiriam melhor qualificação e seriam melhor remunerados. Em junho de 2017, em meio a conjuntura de cortes do novo regime fiscal, o Governo Temer modificou o Fies, propondo que até 30% do valor das parcelas sejam descontadas diretamente da folha de pagamentos dos recém-formados, eliminando o prazo de carência para o início do pagamento dos empréstimos (SEKI, 2017, p. 10).

As novas exigências irão repercutir diretamente sobre as condições de inserção da juventude na venda da força de trabalho, com peso consideravelmente maior se efetivamente houver o desconto em folha. Esse grau agudo de violência na cobrança das dívidas, provocadas, entre outros, pelo estrangulamento das matrículas nas IES públicas, comprova como o Governo Temer manteve-se firmemente associado às exigências dessa fração do capital e agudizou a tendência de fazer do Fies um programa estreitamente subserviente ao balanço de lucros das IES privadas.

Neste campo minado, a formação de professores figura em terceiro lugar (10%) dos contratos do programa firmados em 2016, perdendo apenas para os cursos de engenharia (18%) e direito (13%). A inadimplência foi agravada pela crise econômica mundial, sendo 50% de inadimplentes, em 2010, e 53%, em 2016; 27% do total de contratos esteve em atraso por mais de um ano (SALDAÑA, 2017).



## Tristes conclusões

O percurso analítico que desenvolvemos impõe algumas conclusões tristes, dado o impacto nefasto da financeirização sobre a formação docente e de trabalhadores. Seu corolário fundamental está no esvaziamento de seu sentido estratégico para o País. Vislumbra-se aí a gradual eliminação das condições objetivas para que o preparo docente seja considerado vital num projeto autopropelido de nação, ressaltados seus limites. A presença massiva dos fundos de investimentos e, desde meados de 2006, a oferta pública de ações nas bolsas de valores redundou na entrada de capitais internacionais em níveis jamais experimentados na educação brasileira. Projetos legislativos que propuseram a regulação da posse do capital estrangeiro foram derrotados no Congresso Nacional ou encontram-se amarrados nas largas teias legislativas nas quais se enredam os projetos alheios aos interesses do governo, isto é, dos capitais dominantes. Capitais estrangeiros – americanos, europeus, australianos – detêm cada vez mais as rédeas dos formatos e conteúdo da formação do magistério brasileiro. Encontramo-nos frente à frente com o projeto educativo do capital, isto é, o capital como educador do educador.

É de se ressaltar, ademais, a certificação em massa e o caráter aligeirado e fragmentário dessa oferta, também estes uma das faces do capital educador. Os cursos de licenciaturas nas IES privadas têm sido uma forma de cooptar frações da classe trabalhadora ansiosas por qualquer possibilidade ou promessa de ascensão social. O regime de trabalho da imensa maioria da população brasileira combina baixíssimas remunerações com extensas cargas horárias, tornando-se um nicho de mercado que encurrala a venda de certificações em nível superior. Daí deriva uma dupla consequência. Por um lado, esse nível de ensino reduzido a uma espécie de pós-ensino médio, de ensino terciário, nos termos da diversificação institucional propalada pelo Banco Mundial nos anos 2000 (LIMA, 2011, p. 89). De outro lado, as transformações no chão da escola coadunam-se, entre outras, com a expansão mercantil da educação infantil, que substitui professores graduados por estagiários. Nesse cenário, o acesso aos cursos particulares de licenciatura, como é o caso da Pedagogia, representam formas de “conquista” de subempregos, mascarados de estágios e oferecidos desde as primeiras fases dos cursos.

É particularmente preocupante, igualmente, as dívidas que recaem sobre os jovens estudantes, repercutindo negativamente sobre suas consciências como trabalhadores, sua inserção na escola e sua atuação política. Afinal, o que está em jogo é a manutenção do emprego ou sua concomitância com outras formas de venda da força de trabalho para o pagamento das dívidas.

As conclusões assinaladas são apenas uma parte das tendências em curso que, se concretizadas, terão consequências de largo alcance sobre os professores, estudantes e trabalhadores brasileiros. A hipotrofia das matrículas nas IES públicas e o abrigo de crescentes transferências de recursos do orçamento público para o fundo de acumulação

do capital, investido sob a forma de grandes escolas particulares, levaram à entrega das licenciaturas à privatização, compreendida em seu sentido lato. Esse percurso histórico, agravado após 2006-2007, não está incorporado apenas na venda e revenda de matrículas; ele mostra as vísceras de uma íntima e essencial articulação entre o Estado e o capital na qual a formação humana desaparece como tal e dela emerge – todos os dias – sinais dos mais hediondos direcionamentos políticos do capital com precipitações deletérias para a nossa escolarização, o nosso pensamento, a nossa existência.

*Recebido em 15/10/2017 e aprovado em 15/11/2017*

## Notas

- 1 Não tematizamos, neste trabalho, as abordagens sobre financeirização, privatização e suas relações com a escolarização, nem os novos modos de atuação empresarial organizada na área, tampouco as formas pelas quais o Estado produz a desqualificação da escola pública em todos os níveis para justificar sua privatização. Inquirimos dados e documentos oficiais relativos à formação inicial do magistério no Brasil em nível superior para apanhar os ardis que, progressivamente, favoreceram à esfera privada apropriar-se do “negócio da formação docente”, oferecendo-a majoritariamente sob a modalidade EaD; discutimos também o surgimento nesse âmbito, após 2006-2007, das escolas oligopolizadas.
- 2 À guisa de exemplos, referimos o Sistema de Educação Família e Educação, implementado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), SC; o Todos Pela Educação; o Acordo PMF-Banco Interamericano de Desenvolvimento; o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies); a *Revista Nova Escola*, recentemente comprada pela Fundação Lemann (SEKI *et al*, 2016; PEREIRA, 2017).
- 3 Foram dois os procedimentos principais: a) esquadrimos os microdados dos Censos da Educação Superior relativos aos anos de 2003, 2007, 2011 e 2015 do INEP e levantamos a documentação pertinente e b) formulamos hipóteses explicativas, lastreadas nas contribuições de intelectuais da área, que consideraram as determinações mais gerais de tal situação. No que tange ao primeiro procedimento, privilegiamos o primeiro ano que se seguiu ao último de mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso, de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff para perceber o movimento político da oferta de formação do professor após o governo de FHC. Sistematizamos e reordenamos os dados, ressalvadas suas inconsistências, para conhecer diretamente a rede de negócios da formação docente em nível superior.
- 4 As IES privadas comportam instituições sem fins lucrativos – confessionais, comunitárias e filantrópicas – e instituições com fins lucrativos denominadas particulares.
- 5 *Private Equity (PE)* é “a modalidade de fundo de investimento que compra participação acionária em empresas. Direcionado para negócios que já funcionam e têm, em geral, boa geração de caixa. Tendem a investir em negócios mais maduros, como consolidação e reestruturação. Em relação ao tipo de capital empregado nos fundos de PE, em sua maioria são constituídos em acordos contratuais privados entre investidores e gestores, não sendo oferecidos abertamente no mercado e sim através de colocação privada; além disso, empresas tipicamente receptoras desse tipo de investimento ainda não estão no estágio de acesso ao mercado público de capitais, ou seja, não são de capital aberto, tendo composição acionária normalmente em estrutura fechada”. (LEHER, 2013, p. 9).
- 6 Segundo Oscar (2012, p. 2), “Entre 2003 e 2011, a rede passou de um quadro de 1.800 alunos para 145.600”.
- 7 Em 2015, das matrículas em licenciaturas na UNOPAR, 99% (131.319) eram na modalidade EaD.

- 8 Defrontamo-nos com algumas das consequências desse movimento: incremento do exército industrial de reserva baseado na certificação em massa; medo do desemprego; política do Estado de enfraquecimento dos sindicatos docentes; contingente de professores com vínculo de trabalho temporário da ordem de 41% em 2015, alcançando a cifra de quase um milhão de trabalhadores. (SEKI *et al.*, 2017).
- 9 É o caso dos cursos de medicina, nos quais as IES públicas concentraram número significativamente maior de matrículas, 45.786, contra 28.475 nas IES particulares, em 2015.
- 10 O GEAC Educacional é reconhecido pela marca *Ânima Educação*.
- 11 Segundo Sousa (2017), “A Kroton informou que está em fases avançadas de negociação para aquisição de três empresas de educação básica e duas delas já estão, inclusive, no processo final de negociação. A informação consta de uma apresentação feita a investidores durante um evento do Banco UBS e disponibilizada pela empresa por meio de comunicado ao mercado”.
- 12 Quando consideradas apenas as seis maiores mantenedoras com matrículas nos cursos de licenciaturas, constata-se que 68% pertencem à Kroton.
- 13 Seki (2017, p. 9) informa que “O Fies passou à centralidade das políticas de financiamento estudantil e alcançou, em 2016, a marca do financiamento de 22% de todas as matrículas no ensino superior privado, o que significa 2,3 milhões de jovens trabalhadores”. Ainda, em 2016, o gasto corrente do governo com o Fies chegou a R\$ 30 bilhões, entre os valores com mensalidades e os subsídios (PINTO; SALDAÑA, 2017).
- 14 Instituição ligada à Ser Educacional divulgou propaganda em revista de bordo de companhia aérea: “Você estuda em qualquer lugar. Até no avião. Tutor guardião para tirar suas dúvidas. Diploma reconhecido pelo MEC e pelo mercado. Matrícula R\$ 49,90”. (AZUL MAGAZINE, 2017, p. 29).
- 15 Seki (2017, p. 10) indica que “O Fies passou à centralidade das políticas de financiamento estudantil e alcançou, em 2016, a marca do financiamento de 22% de todas as matrículas no ensino superior privado, o que significa 2,3 milhões de jovens trabalhadores”.

## Referências

AZUL MAGAZINE. São Paulo: *Azul Magazine*, v.54, mensal, 2017.

BM&FBOVESPA. **Empresas listadas**. 2017. Disponível em: <<http://bvmf.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/ResumoEmpresaPrincipal.aspx?codigoCvm=23248&idioma=pt-br>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

BOITO Jr., Armando; GALVÃO, Andréia (Org.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda Editorial, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 2.306, de 19 de agosto de 1997**. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Brasília, 19 ago. 1997.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.860, de 09 de julho de 2001**. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Brasília, 2001a.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. 2001b.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 5.773, de 9 de maio de 2006.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (inep). Ministério da Educação. **Microdados do Censo da Educação Superior.** 1997-2015.

BRASIL. MEC. CGDIRES. DPR. SERES. **Sistema e Cadastro e-MEC: Regulação, Avaliação e Supervisão da Educação Superior.** Brasília, Nov., 2016.

BRASIL. MEC. INEP. **Censo da Educação Superior 2016: principais resultados.** Brasília, 2017a.

COSTA, Hellen B. **Financeirização e o negócio da formação docente.** TCC. Florianópolis, SC: UFSC, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Chistian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DE PAULA, Cristiana M. **Neoliberalismo e reestruturação da educação superior no Brasil: o REUNI como estratégia do governo Lula e da burguesia brasileira para subordinar a universidade federal à lógica do atual estágio de acumulação do capital.** 246 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

EVANGELISTA, Olinda. **Mapas da formação docente no Governo Lula (2002/2010).** Projeto de pesquisa. Florianópolis, SC. UFSC. 2013.

GHIRARDI, José Garcez; KLAFKE, Guilherme Forma. Crescimento dos grupos educacionais de capital aberto (2010-2014). In: MARINGONI, G. **O negócio da educação: a aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco.** São Paulo, SP: Olho D'água, 2017.

GOMES, Thayse A. M. de M.. **Contratação de professores temporários nas redes estaduais de ensino no Brasil: implicações para a categoria docente.** 2017. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

GRANEMANN, Sara. Políticas sociais e financeirização dos direitos do trabalho. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 57-68, 2007.

LEHER, R. **Controle da educação superior privada pelos fundos de investimentos: uma mercantilização de novo tipo.** Relatório parcial de pesquisa 2012-2013. Rio de Janeiro. UFRJ, 2013.

LIMA, Kátia R. S. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p.86-94, jan. 2011.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach.** Edições Ridendo Castigat Mores. 1945.

MAUÉS, Olgáises C.. A expansão e a internacionalização da educação superior. **Anais da Reunião Nacional da ANPED**, 37. Florianópolis, 2015.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

NAPOLITANO, Celso. Os tortuosos caminhos de uma mina de dinheiro. In: MARINGONI, G. **O negócio da educação: a aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco.** São Paulo, SP: Olho D'água, 2017.

OLIVEIRA, Romualdo P. A financeirização da economia e suas consequências para a educação superior no Brasil. In: MARINGONI, G. **O negócio da educação: a aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco**. São Paulo, SP: Olho D'água, 2017.

OSCAR, Naiana. A maior aquisição da história da educação: a Kroton leva a Unopar. **Revista Exame**. Abril. Jan., 2012.

PAULA, Alisson S. do N. *et al.* O empresariamento educacional brasileiro: expansão privado-mercantil do ensino superior. **Impulso**, v. 27, p. 65-84, 2017.

PEREIRA, Jennifer N. **Revista Nova Escola: a defesa do projeto do capital para a educação brasileira**. Florianópolis, SC: UFSC, 2017.

PINTO, Ana E. de S.; SALDAÑA, Paulo. **Novo Fies prevê dívida fixa e fim do prazo de carência para pagamento**. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/06/1889199-novo-fies-preve-divida-fixa-e-fim-do-prazo-de-carencia-para-pagamento.shtml>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

RODRIGUES, José. **Os empresários e a educação superior**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SALDAÑA, Paulo. Inadimplência aumenta, e mais de metade atrasa pagamento do Fies. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 1-1. 29 jan. 2017.

SEKI, Allan Kenji. **O capital e as universidades federais no governo Lula: o que querem os industriais?** 2014. 169 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2014.

\_\_\_\_\_. Financeirização do capital na educação superior: articulações entre a apropriação de parcelas do fundo público e a desregulamentação da educação nacional. In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017, 2017, Niterói (RJ). **Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017: de O capital à Revolução de Outubro (1867-1917)**. Niterói (RJ): Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx), v. 1. p. 1-13, 2017.

SEKI, Allan K. *et al.* O acordo da Prefeitura Municipal de Florianópolis com o Banco Interamericano de Desenvolvimento: uma abordagem preliminar. In: Evangelista, O; Pereira, E. (Org.). **Nós da Rede: a Educação Básica municipal na voz de seus professores**. 1ed. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, v. 1, 2016. p. 207-245.

SEKI, Allan K. *et al.* Professor temporário: um passageiro permanente na Educação Básica brasileira. **Práxis Educativa** (UEPG. ONLINE), v. 12, p. 942-959, 2017.

SOUSA, Dayanne. Kroton diz que está perto de comprar três empresas de educação básica. **Estadão**. 2017. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,kroton-diz-estar-em-fase-avancada-para-aquisicao-de-ao-menos-tres-ativos-de-educacao-basica,70002024609>>. Acesso em: 06 out. 2017.

VENCO, Selma. A terceirização nos tempos do cólera: o amor pela precariedade na educação pública paulista. **Argumentos Pró-Educação**, v. 1, p. 392-402, 2016.